



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS**

## **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2018**

#### **COMUNICADO – DIVULGAÇÃO DO ESPELHO DE RESPOSTA ESPERADA – QUESTÕES DISSERTATIVAS**

##### **CARGO 301 – PROCURADOR LEGISLATIVO**

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público a divulgação do Espelho da Prova Dissertativa para o Cargo **301 – PROCURADOR LEGISLATIVO**:

#### **QUESTÃO 1**

O candidato deveria informar que a construção da ponte poderia resultar na necessidade de se revisar o contrato, por se tratar de evento imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis. Em seguida, deveria defender que essa revisão poderia acontecer de variadas formas, como por meio da prorrogação do contrato ou majoração da contrapartida do particular. Era possível defender, ainda, a rescisão do contrato, desde que previsto o pagamento de indenização ao particular, já que não se trata de desfazimento do contrato em função de conduta a ele imputável.

Também foi atribuída pontuação a quem defendeu o não pagamento da indenização, caso previsto no evento na matriz de risco do contrato, ou se a situação no momento da celebração do contrato de prestação de serviços de transporte fluviais fosse já prevista e dimensionada.

Com base nesses parâmetros, foram aplicados os critérios previstos no Edital.

#### **QUESTÃO 2**

O candidato deveria informar que alguns princípios devem ser observados no momento em que ocorrem conflitos entre bens universais, em especial o da proporcionalidade. Isso porque, em tese, um bem não perde sua validade em detrimento de outro quando com este é colidente. Como se sabe, os direitos universais são indisponíveis e não possuem hierarquia entre si. Entretanto, quando um entre dois ou mais princípios tiver que ser restringido para resolver um conflito entre normas, deverá ser feito buscando-se o resultado mais eficiente com o menor dano possível. A restrição de um princípio, porém, diferente de quando há conflito entre normas infraconstitucionais, não faz com que ele perca a sua validade.

Com base nesses parâmetros, foram aplicados os critérios previstos no Edital.

#### **QUESTÃO 3**

O candidato deveria informar que vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, será feita eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do período presidencial, entretanto, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Com base nesses parâmetros, foram aplicados os critérios previstos no Edital.